

OS IMPACTOS
PSICOSSOCIAIS DA
ATUAÇÃO DE MISSÕES
PROTESTANTES EM
COMUNIDADES INDÍGENAS
AMAZÔNICAS: UM ENSAIO
TEÓRICO

THE PSYCHOSOCIAL IMPACTS OF PROTESTANT MISSIONS IN AMAZONIAN
INDIGENOUS COMMUNITIES: A THEORETICAL ESSAY

Ciências Humanas, Ciências da Saúde • 03/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/780429573](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/780429573)

Luccas Gabriel Dutra Vieira¹

Italo Bruno Lima Nonato²

RESUMO

A presença de missões religiosas em territórios indígenas amazônicos constitui um fenômeno marcado por relações históricas de poder, disputas simbólicas e transformações nos modos de vida comunitários. Embora a atuação missionária frequentemente seja apresentada a partir do discurso da evangelização, da assistência e da salvação espiritual, seus efeitos ultrapassam o campo estritamente religioso. Em muitos contextos, a presença de missões protestantes interfere em formas de organização social, práticas culturais, vínculos comunitários e modos de construção da subjetividade indígena.

Ao introduzirem novos referenciais morais, institucionais e espirituais, determinadas experiências missionárias podem tensionar cosmologias originárias, práticas tradicionais de cuidado, formas coletivas de pertencimento e sistemas próprios de autoridade comunitária. Nesse cenário, a relação entre aldeia, religião e identidade passa a ser atravessada por negociações, conflitos e processos de ressignificação cultural. Este ensaio teórico tem como objetivo analisar, a partir da literatura científica, os impactos psicossociais da atuação de missões protestantes em comunidades indígenas amazônicas, com atenção especial às questões relacionadas à identidade, pertencimento, sofrimento social e resistência cultural. A discussão desenvolvida ao longo do texto sugere que a conversão religiosa, quando associada à desqualificação de saberes ancestrais e práticas tradicionais, pode produzir crises de pertencimento, fragmentações comunitárias, sentimentos de culpa e vergonha, além do enfraquecimento de referências simbólicas importantes para a saúde mental coletiva. Por outro lado, o estudo também reconhece que os povos indígenas não podem ser compreendidos como sujeitos passivos diante da presença missionária. Diferentes comunidades elaboram estratégias

próprias de negociação, adaptação e ressignificação da experiência religiosa, incorporando elementos do cristianismo de maneiras variadas e muitas vezes articuladas às próprias referências culturais. Conclui-se que compreender a atuação missionária em contextos indígenas exige uma perspectiva psicossocial crítica, intercultural e decolonial. Trata-se de reconhecer, simultaneamente, os efeitos de violência simbólica presentes em determinadas práticas evangelizadoras e a capacidade de agência, resistência e reinvenção mobilizada pelos próprios povos indígenas diante dessas experiências.

Palavras-chave: Missões protestantes; Povos indígenas; Psicologia social; Sofrimento social; Amazônia.

ABSTRACT

The presence of religious missions in Amazonian Indigenous territories is a phenomenon shaped by historical power relations, symbolic disputes, and transformations in community ways of life. Although missionary activity is often framed through the discourse of evangelization, assistance, and spiritual salvation, its effects extend beyond the strictly religious sphere. In many contexts, the presence of Protestant missions interferes with forms of social organization, cultural practices, community bonds, and modes of Indigenous subjectivation. By introducing new moral, institutional, and spiritual frameworks, certain missionary experiences can place strain on ancestral cosmologies, traditional care practices, collective forms of belonging, and community-based authority systems. In this setting, the relationship among village, religion, and identity becomes crossed by negotiations, conflicts, and processes of cultural resignification. This theoretical essay aims to examine, on the basis of the scientific literature, the psychosocial impacts of Protestant missionary activity in Amazonian Indigenous communities, with

particular attention to issues of identity, belonging, social suffering, and cultural resistance. The discussion developed throughout the text suggests that religious conversion, when linked to the disqualification of ancestral knowledge and traditional practices, can produce crises of belonging, community fragmentation, feelings of guilt and shame, and the weakening of symbolic references that are important for collective mental health. On the other hand, the study also recognizes that Indigenous peoples cannot be understood as passive subjects in the face of missionary presence. Different communities develop their own strategies of negotiation, adaptation, and resignification of the religious experience, incorporating elements of Christianity in varied ways that are often articulated with their own cultural references. The essay concludes that understanding missionary activity in Indigenous contexts requires a critical, intercultural, and decolonial psychosocial perspective. This means simultaneously acknowledging the effects of symbolic violence present in certain evangelizing practices and the capacity for agency, resistance, and reinvention mobilized by Indigenous peoples themselves in response to these experiences.

Keywords: Protestant missions; Indigenous peoples; Social psychology; Social suffering; Amazon.

INTRODUÇÃO

A missão religiosa na Amazônia faz parte de uma história de lutas por poder, conflitos de representação e tentativas de reorganização cultural dos indígenas. A evangelização cristã, desde os primórdios da colonização, esteve intimamente ligada à catequese, à tomada de posse de terras e à imposição das referências religiosas, morais e políticas ocidentais. (Silva, 2016).

A introdução de categorias ocidentais como pecado e salvação provocou uma fricção nas cosmologias nativas, desestruturando os laços tradicionais de pertencimento (Bourdieu, 2007; Tillich, 2009), o que resultou em um choque de cosmologias fundamentais entre dois sistemas de compreensão: de um lado, as cosmologias indígenas ligadas ao território, à ancestralidade e à coletividade, e de outro, as perspectivas missionárias guiadas por lógicas universalizantes que, frequentemente, fragmentam a memória coletiva e desestruturam as redes de proteção tradicionais (Carvalho Júnior, 2013; Silva, 2016).

Esses efeitos, fazem parte de uma longa trajetória de violência simbólica e expropriação material, registrada nos relatórios do Conselho Indigenista Missionário (2024; 2025). No entanto, um ponto importante é que enquanto a Antropologia e a História já possuem debates consolidados a respeito, a Psicologia brasileira ainda encontra grandes obstáculos para integrar a relação entre colonialidade, religião e sofrimento indígena em sua produção (Ferraz e Domingues, 2016).

Essa ausência vai na contramão do que preconiza o Conselho Federal de Psicologia (2024), que orienta os profissionais de psicologia a elaborar práticas críticas, que consigam perceber os impactos do racismo institucional e da deslegitimação dos modos de cuidado originários.

Nessa tessitura, este ensaio teórico de caráter qualitativo e explicativo discorre sobre os efeitos psicossociais da presença missionária protestante em comunidades indígenas na Amazônia, concentrando-se nas questões de identidade, sofrimento social e resistência. Uma discussão sobre esse campo temático é importante

para lançar luz sobre as dinâmicas de violência simbólica que ainda operam nesses territórios e, sobretudo, para subsidiar uma atuação da Psicologia que seja eticamente comprometida com a descolonização do cuidado e o respeito à autonomia desses povos.

A INCURSÃO PROTESTANTE: CONVERSÃO, COLONIALIDADE E TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS

A Teologia da Conversão e o Choque Epistemológico

Não se pode entender a inserção de missões protestantes em terras indígenas amazônicas apenas como um processo de pregação do evangelho. Chega às aldeias, a missão traz um modo particular de entender o mundo, dar sentido à vida e estruturar a convivência comunitária. A fé cristã protestante, especialmente na sua vertente missionária e convertista, costuma agir com base em categorias como pecado, salvação, redenção, santidade, impureza e instruções.

A Missão Novas Tribos do Brasil, segundo Silva (2016), especifica que por um lado, adquire-se o domínio da língua, a estrutura organizacional da comunidade e familiariza-se com a cosmologia local; por outro lado, esse entendimento pode ser utilizado para traduzir a mensagem cristã e guiar a comunidade em direção à conversão.

Conhecer o outro, nesse sentido, pode se tornar uma ferramenta de intervenção sobre ele, uma vez que diversas cosmologias indígenas estruturam a vida por meio de relações interconectadas entre território, ancestralidade, espiritualidade, corpo, natureza e comunidade. A missão protestante, por sua vez, muitas vezes impõe uma visão dualista e moralizante da existência, dividindo entre o que

é aceitável e o que é considerado pecado ou perigoso para a vida espiritual.

Rodrigues (2023) explica que, em certos contextos indígenas, a presença do evangelho pode gerar conflitos entre sistemas religiosos diferentes, particularmente quando se trata de cura, mediação espiritual e interações com o sobrenatural, que passam a ser reivindicadas por várias figuras de autoridade.

Práticas destacadas por Mendes (2023) como rituais de cura, mitos, canções, celebrações, benzimentos e mediações espirituais podem ser vistas de maneira diferente, usando conceitos que não fazem parte da cultura indígena, do mesmo que a centralidade da Bíblia e a leitura devocional religiosa funcionam como mecanismos de formação moral e reordenação da experiência.

Desde a perspectiva psicossocial, Correia e Viana (2023) apontam que a deslegitimação dos saberes tradicionais contribuiu para a redução de referências que, historicamente, sustentaram o sentimento de pertencimento, a memória e os modos de cuidado no interior das comunidades. Isso deve ser fato de que uma identidade indígena precisa ser entendida como uma construção social e histórica, influenciada pelas interações entre diferentes etnias e pelas batalhas em busca de reconhecimento.

Cada povo e cada comunidade podem viver uma experiência missionária de maneira diferente. Em certos contextos, a conversão se revela como uma ruptura, gerando conflitos internos e a quebra na continuidade cultural. Já em outros casos, os próprios povos indígenas reinterpretaram a fé cristã com base em suas próprias

cosmologias, resultando em expressões religiosas (Correia e Viana, 2023; Mendes, 2023).

Sofrimento Social e Perda de Referenciais Simbólicos

Não dá para descrever o sofrimento psíquico em contextos indígenas como algo que acontece apenas "dentro" do indivíduo. A dor aqui é situada; ela nasce de feridas históricas, do racismo, da perda da terra e da deslegitimação cultural.

Faria e Martins (2023), ao descreverem a luta dos povos Kaiowá e Guarani, destacam que a relação com a terra é existencial, onde se guarda memória e os vínculos espirituais. Quando o território é ameaçado ou a cultura é tratada como inferior, o sofrimento agride o corpo coletivo como um todo.

Rodrigues (2023) reforça que a disputa entre o pastor e o pajé é, no fundo, uma tensão entre diferentes modos de cuidar e de exercer autoridade. O peso emocional desse processo muitas vezes se traduz em culpa e vergonha, pois, se a cultura originária é pintada como "pecado", o indígena passa a olhar para sua história com desprezo. Essa vergonha cultural é uma ferramenta de subjetivação colonial das mais cruéis, pois faz com que o sujeito sinta a necessidade de se afastar de tudo o que o define para ser aceito.

A prática psicológica junto a esses povos deve reconhecer os efeitos do apagamento cultural e da colonização (Conselho Federal de Psicologia, 2024), sem reduzir a dor indígena a diagnósticos clínicos tradicionais, ignorando o contexto social que a produz. Ferraz e Domingues (2016) já apontavam esse vazio na Psicologia brasileira, que por muito tempo ignorou as especificidades indígenas em favor de modelos universais.

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS: IDENTIDADE, SOFRIMENTO E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Crise de Identidade e Dinâmicas de Pertencimento

A identidade indígena não constitui uma essência fixa ou imutável; pelo contrário, ela se produz historicamente nas relações sociais, políticas e culturais que atravessam a vida coletiva dos povos indígenas. Território, língua, memória, ancestralidade, rituais e redes de parentesco participam continuamente desse processo de construção do pertencimento. Nesse sentido, Correia e Viana (2023) afirmam que a Psicologia Social precisa compreender a identidade indígena como resultado de relações de poder, reconhecimento e diferença, e não como algo estático ou puramente individual.

Partindo dessa discussão, Guimarães (2024) argumenta que pensar uma Psicologia Indígena no Brasil exige questionar modelos universalizantes de subjetividade. O autor defende a necessidade de reconhecer os modos próprios pelos quais os povos indígenas organizam cuidado, memória, espiritualidade e existência coletiva. Assim, a identidade não se limita ao interior do sujeito, mas emerge das relações comunitárias e dos sentidos compartilhados que permitem ao indivíduo reconhecer-se como parte de um povo.

A presença missionária protestante atravessa esse processo de maneira complexa. Em muitos casos, a conversão religiosa implica o afastamento de práticas culturais consideradas incompatíveis com a fé cristã. A figura do “indígena crente” expressa justamente essa tensão, pois o sujeito passa a circular entre diferentes espaços de pertencimento: a comunidade indígena e a comunidade religiosa. Esse trânsito pode gerar formas criativas de conciliação, mas

também conflitos profundos, especialmente quando a permanência na igreja exige a rejeição de elementos centrais da cultura indígena (Guimarães, 2024).

Essas tensões não podem ser analisadas fora do contexto histórico da colonialidade e do racismo. Os povos indígenas continuam submetidos a processos de inferiorização, estereotipação e negação de seus modos de vida (Silva; Lima; Silva, 2024). Nesse cenário, a conversão religiosa pode assumir sentidos distintos: para alguns sujeitos, representa acolhimento e reorganização da vida comunitária; para outros, produz afastamento cultural e sofrimento relacionado ao pertencimento.

A crise de pertencimento tende a se intensificar quando a adesão religiosa modifica relações familiares e comunitárias. Em algumas aldeias, famílias convertidas deixam de participar de festas, cantos, rituais ou práticas tradicionais de cura, enquanto grupos não convertidos interpretam essa mudança como abandono da cultura originária. João (2023), ao analisar a comunidade indígena Filadélfia, mostra que a religiosidade evangélica reorganiza dinâmicas internas e produz novas formas de sociabilidade. Ainda assim, reduzir essa experiência a uma oposição simples entre “tradição” e “conversão” seria insuficiente.

A tensão entre aldeia e igreja pode ser compreendida também como disputa por reconhecimento. A aldeia representa a continuidade da memória coletiva, do parentesco e dos modos tradicionais de cuidado. Já a igreja oferece outra forma de pertencimento, baseada em discursos de salvação, disciplina moral e comunidade espiritual. Embora esse espaço possa oferecer acolhimento, também pode produzir rupturas importantes. Faria e

Martins (2024) ajudam a compreender esse processo ao discutirem os efeitos psicossociais da violência colonial e da negação cultural sobre os sujeitos indígenas.

Por isso, interpretar a conversão religiosa como perda automática da identidade indígena significa reproduzir uma lógica colonial que define externamente quem pode ou não ser reconhecido como indígena. O mais importante é compreender as condições em que essa conversão ocorre. Quando a experiência religiosa é apropriada de maneira autônoma e ressignificada pela própria comunidade, ela pode fortalecer novas formas de pertencimento. Entretanto, quando se associa à desqualificação da cultura indígena, tende a produzir cisões, culpa e distanciamento das referências ancestrais (Faria e Martins, 2024).

A Psicologia Social contribui para esse debate ao rejeitar explicações individualizantes do sofrimento. A identidade indígena contemporânea é atravessada por conflitos históricos, disputas territoriais, racismo estrutural, precariedade de políticas públicas e pela atuação de instituições religiosas. As orientações do Conselho Federal de Psicologia (2024) reforçam que o trabalho com povos indígenas deve respeitar seus modos próprios de organização, escuta e cuidado.

Dessa forma, compreender o sofrimento relacionado ao pertencimento implica reconhecer que ele não surge apenas de conflitos internos, mas também de relações sociais que hierarquizam culturas, espiritualidades, línguas e modos de vida. Nesse contexto, torna-se fundamental construir uma Psicologia comprometida com os povos indígenas em diálogo com suas

epistemologias e experiências históricas (Guimarães, 2024; Santos et al., 2024).

Sofrimento Social e Perda de Referenciais Simbólicos

A perda de referenciais simbólicos constitui um dos impactos psicossociais mais profundos da atuação missionária quando esta se organiza a partir da deslegitimação das cosmologias indígenas. Mitos, cantos, rituais, práticas de cura, línguas, histórias de origem e relações espirituais com o território não funcionam apenas como expressões culturais isoladas; eles sustentam formas coletivas de interpretar o mundo, produzir pertencimento e elaborar o sofrimento. Quando tais elementos passam a ser classificados como pecado, superstição ou atraso, a ruptura produzida não se restringe ao campo religioso. Atinge também os modos pelos quais a comunidade compreende sua própria existência.

Faria e Martins (2023) demonstram que, para muitos povos indígenas, saúde e território permanecem profundamente articulados à continuidade da vida comunitária e às condições concretas de existência. Nesse contexto, romper vínculos culturais e espirituais significa fragilizar referências fundamentais de cuidado e proteção coletiva. Em diálogo com essa perspectiva, Guedes e Leite (2023) discutem o bem viver indígena como horizonte de descolonização do cuidado, ressaltando que saúde, coletividade, território e modos próprios de existência não podem ser separados artificialmente, pois constituem dimensões interdependentes da vida social indígena.

A demonização de práticas ancestrais também produz efeitos emocionais importantes. Quando o sujeito passa a perceber sua

cultura como erro espiritual, podem emergir sentimentos de vergonha, culpa, medo e ambivalência. Essa vergonha cultural não opera apenas no plano individual; trata-se de uma forma de violência simbólica que desorganiza vínculos de pertencimento e produz distanciamento das referências comunitárias. O sujeito convertido, muitas vezes, passa a experimentar tensões entre a adesão religiosa e a continuidade de sua identidade cultural. Correia e Viana (2023) lembram que os processos identitários indígenas dependem do reconhecimento social e da valorização da diferença. Quando essa diferença é inferiorizada, o sofrimento tende a se intensificar.

Diante disso, a atuação da Psicologia exige atenção às dimensões históricas e coletivas do sofrimento indígena. Ferraz e Domingues (2016) observam que a produção psicológica brasileira ainda apresenta lacunas importantes na compreensão das especificidades culturais dos povos indígenas. As orientações do Conselho Federal de Psicologia (2024) reforçam essa crítica ao destacar a necessidade de práticas de escuta comprometidas com o território, a coletividade, os saberes tradicionais e os modos indígenas de cuidado. Sem esse deslocamento, existe o risco de transformar em problema individual aquilo que resulta de processos históricos de colonização, silenciamento e apagamento cultural.

Estudos recentes sobre saúde mental indígena também apontam a importância de compreender sofrimento e cuidado a partir das realidades territoriais, culturais e políticas de cada povo (Moura Junior et al., 2025; Meira; Fernandes, 2025). Nesse sentido, a noção de sofrimento social permite deslocar a análise do indivíduo isolado para as relações históricas que produzem dor e vulnerabilidade. Faria e Martins (2024) argumentam que a violência colonial deixa

marcas psicossociais duradouras porque interfere na memória coletiva, na organização comunitária e na possibilidade de autodeterminação dos povos indígenas.

A conversão religiosa, quando associada à desqualificação da ancestralidade, pode atuar nessa mesma direção. Ao reorganizar o campo simbólico da comunidade e enfraquecer formas tradicionais de enfrentamento do sofrimento, determinados modelos missionários contribuem para processos de ruptura cultural. Zanini et al. (2025), ao discutirem as colonialidades do bem-estar a partir das perspectivas indígenas Karajá e Javaé, problematizam justamente a imposição de modelos externos de saúde e cuidado que ignoram os sentidos indígenas de vida boa e bem-estar.

Por isso, discutir saúde mental indígena em contextos missionários exige cautela analítica. Nem todo sofrimento vivido por indígenas convertidos decorre diretamente da conversão religiosa, e assumir isso automaticamente seria uma simplificação inadequada. A questão central está nas condições em que a conversão ocorre. Quando ela exige a negação da língua, dos rituais, da ancestralidade e das lideranças tradicionais, pode ampliar experiências de desamparo, ruptura e perda de pertencimento. O desafio da Psicologia, nesse cenário, é reconhecer essa complexidade sem patologizar a experiência religiosa, mas também sem ignorar práticas missionárias que operam como formas de colonialidade simbólica.

Agência, Ressignificação e Resistência Cultural

Apesar das tensões produzidas pela atuação missionária, os povos indígenas não podem ser compreendidos como receptores passivos

do cristianismo. Uma leitura desse tipo ignora a capacidade histórica dessas populações de interpretar, negociar, transformar e resistir às relações estabelecidas com agentes externos. Estudos recentes mostram que diferentes comunidades indígenas elaboram respostas próprias diante da presença evangélica, apropriando-se de elementos religiosos e atribuindo a eles sentidos locais. Essa perspectiva aproxima-se das discussões de Santos et al. (2024), que defendem práticas epistemológicas e formativas em Psicologia Social construídas em diálogo com os povos indígenas, reconhecendo-os como sujeitos produtores de conhecimento.

Rodrigues (2023), ao discutir os encontros entre sistemas xamânicos e pentecostais em contextos indígenas, demonstra que essas relações não se organizam apenas pela oposição direta. Em muitos casos, há aproximações, disputas simbólicas e processos de tradução cultural. A figura do pastor e a do pajé podem ocupar posições distintas de mediação espiritual, mas a presença de uma não implica necessariamente o desaparecimento da outra. Em determinados contextos, a experiência evangélica é reinterpretada a partir de referências cosmológicas indígenas, produzindo formas singulares de religiosidade e pertencimento.

Na comunidade indígena Filadélfia, analisada por João (2023), a adesão ao cristianismo também assume sentidos específicos relacionados à vida local. A igreja aparece não apenas como espaço religioso, mas como lugar de sociabilidade, organização comunitária, aprendizagem e apoio mútuo. Isso não elimina os conflitos gerados pela conversão, mas impede interpretações simplificadoras que reduzem a missão religiosa à imposição absoluta ou os indígenas convertidos à condição de sujeitos totalmente subordinados. Em

alguns contextos, o próprio espaço da igreja é apropriado pelas comunidades como instrumento de reorganização coletiva.

Os processos de ressignificação podem ser observados ainda na linguagem, na música e nas práticas rituais. Hinos traduzidos para línguas indígenas, uso de instrumentos tradicionais nos cultos, adaptação de narrativas bíblicas às experiências territoriais e formação de lideranças religiosas indígenas mostram que a circulação do cristianismo não ocorre de maneira homogênea. Mendes (2023), ao estudar práticas protestantes de leitura, ajuda a compreender que a difusão da Bíblia e de materiais religiosos pode funcionar tanto como mecanismo de governamento quanto como espaço de apropriação cultural. Quando os textos religiosos passam pelas línguas, oralidades e experiências indígenas, novos sentidos podem emergir.

A agência indígena também se manifesta no campo político. Em algumas situações, lideranças religiosas indígenas utilizam redes institucionais das igrejas para denunciar violências, fortalecer mobilizações comunitárias e ampliar reivindicações territoriais. Os relatórios do Conselho Indigenista Missionário (2024; 2025) evidenciam a continuidade de conflitos fundiários, invasões de território, ameaças e violências contra povos indígenas no Brasil. Nesse cenário, diferentes espaços coletivos, inclusive religiosos, podem ser mobilizados como estratégias de resistência e articulação política.

Reconhecer a agência indígena, porém, não significa negar os efeitos coloniais presentes em determinadas práticas missionárias. As duas dimensões coexistem de maneira tensa. Há experiências marcadas pela imposição cultural, mas também processos de

apropriação, reinvenção e negociação simbólica. Correia e Viana (2023) contribuem para essa compreensão ao tratarem a identidade indígena como processo dinâmico, constituído nas relações sociais e nas disputas por reconhecimento. Dessa forma, a presença do cristianismo em comunidades indígenas precisa ser analisada como campo complexo de tensão, e não como narrativa linear de assimilação ou perda cultural.

Para a Psicologia, essa discussão possui implicações importantes, uma vez que, as orientações do Conselho Federal de Psicologia (2024) destacam a necessidade de práticas comprometidas com a autonomia dos povos indígenas e com o reconhecimento de seus modos próprios de cuidado e organização coletiva. Isso implica escutar como cada comunidade interpreta a experiência religiosa, quais sentidos atribui à conversão e de que maneira articula fé, memória, território e pertencimento.

Uma perspectiva intercultural em Psicologia não deve impor leituras externas sobre a religiosidade indígena, mas também não pode ignorar práticas que produzam silenciamento, culpa ou apagamento cultural. Nessa direção, experiências recentes de diálogo entre Psicologia e cuidado ancestral reforçam a importância de reconhecer espiritualidades, saberes tradicionais, coletividade e território como dimensões legítimas do cuidado psicossocial (Fonseca et al., 2025; Guedes; Leite, 2023).

PERSPECTIVAS PSICOSSOCIAIS SOBRE IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: UM DIÁLOGO DECOLONIAL

Subjetividade Indígena: O “Eu” Entre a Aldeia e o Templo

Para compreender a subjetividade indígena em contextos missionários, é essencial renunciar à ideia de uma forma única e universal de constituição do sujeito. Nos múltiplos povos indígenas, os sentimentos de pertencimento, memória, espiritualidade e cuidado se entrelaçaram profundamente com a comunidade, o território, a língua e os ancestrais. Isso significa que o que se entende por “eu” não se produz de maneira isolada, mas nas relações coletivas que organizam a vida social (Souza et al., 2020).

Como argumentam Sales e Robert Junior (2023), ao abordarem a Psicologia Indígena em Roraima, a subjetividade está intimamente ligada à teia comunitária que possibilita uma vida compartilhada. No contexto indígena, a coletividade não é um aspecto que se sobreponha à vida mental, mas uma condição de possibilidade para que essa vida mental ocorra.

Quando a psicologia não considera esse ponto de vista, corre-se o risco de interpretar as experiências indígenas através de categorias externas, o que pode resultar em uma compreensão que patologiza modos de vida que são estruturados por outras referências culturais e territoriais (Souza et al., 2020; Sales e Roberti Junior, 2023).

A atuação missionária protestante modifica esse panorama de forma complexa. A chegada do templo, da comunidade, da Bíblia e da moral cristã não representa apenas a adição de mais uma atividade religiosa à vida cotidiana da aldeia. Frequentemente, isso dá início a uma nova maneira de entender o comportamento, o corpo, a espiritualidade e o senso de pertencimento (Sales e Roberti Junior, 2023).

No testemunho de Kokokaroti Txukahamãe Metuktire (2024), um relato publicado pela Agência Pública sobre a expansão das tendências evangélicas entre os Kayapó, essa transformação é destacada. A escritora menciona como os parentes começaram a se envergonhar de dançar as danças tradicionais ou de manter os trajes que antes eram apreciados pela comunidade.

Essas transformações ocorrem numa sociedade que discrimina racialmente povos indígenas, a adesão ao cristianismo pode ser também uma busca por reconhecimento social. Em certos contextos, ser identificado como “crente” ou “evangélico” pode conferir uma legitimidade pública que se sobrepõe à própria identidade indígena, frequentemente associada a estereótipos de atraso ou inferioridade (Faria, 2025; Sales; Roberti Junior, 2023).

A pesquisa de Faria (2025), desenvolvida na UFMG, ajuda a compreender esse processo ao discutir como a Psicologia brasileira historicamente produziu saberes sobre os povos indígenas sem necessariamente escutar aquilo que os próprios povos formulavam sobre si mesmos. Nesse contexto, a atuação missionária encontra sujeitos já atravessados por experiências de exclusão, violência simbólica e desvalorização cultural.

Por isso, a figura do “indígena crente” não pode ser interpretada de forma simplista, pois considerá-la automaticamente como perda de identidade significaria em repetir uma lógica colonial que define externamente quem seria ou não “verdadeiramente indígena”. Ao mesmo tempo que também seria insuficiente romantizar toda conversão como expressão pura de autonomia. A questão central está nas condições em que esse processo ocorre e na possibilidade

de a própria comunidade participar da definição de seus sentidos (Faria, 2025).

Sales e Roberti Junior (2023) defendem justamente que uma Psicologia decolonial precisa reconhecer os saberes produzidos em cada contexto local sem impor modelos universais de subjetividade. Isso implica compreender que os próprios povos indígenas devem possuir autonomia para decidir como articulam religião, memória, território e ancestralidade em suas experiências cotidianas.

A Reconfiguração do Pertencimento: Do Parentesco à Congregação

Para muitos povos originários, sentir-se parte de algo é, também, estar atado a seus parentes, à terra, à memória compartilhada e às trocas que organizam a vida em comum. A aldeia é isto, o lugar onde se articulam saberes, afetos, responsabilidades e formas de cuidado que garantem a continuidade do grupo. No entanto, isso não ocorre de maneira uniforme, nem produz os mesmos efeitos em todas as comunidades (Guimarães, 2024; Guedes; Leite, 2023).

Em determinados contextos, a igreja assume funções essenciais de sociabilidade, assistência e organização comunitária uma vez que na crescente presença das igrejas evangélicas entre os indígenas, um pastor-cacique guarani é ao mesmo tempo líder religioso e político, ou seja, a presença da igreja não significa que haja perda de identidade indígena (Guedes; Leite, 2023).

Ao mesmo tempo, conforme destaca Txukahamãe Metuktire (2024) diversas comunidades levantaram questões sobre o abandono das tradições após a conversão que explora a intensificação da evangelização entre os Kayapó, pu autor, registra disputas

envolvendo danças, rituais e outras práticas consideradas incompatíveis com certas interpretações da fé. Esses conflitos, de certa forma, evidenciam que a presença missionária adquire diversos significados, dependendo do contexto da comunidade, do grau de autonomia local e das formas como os próprios indígenas incorporam a religião em suas vidas (Mendes, 2025; Kokokaroti Txukahamãe Metuktire, 2024).

Gonçalo (2025) diz que quando a participação religiosa exige que se abdique das festas, rituais ou práticas do cotidiano espiritual, pode haver um abalo em algumas das relações de reciprocidade que sustentam a vida da comunidade, evidenciando que a colonialidade se expressa na imposição de sistemas alheios de moralidade, cuidado e arranjo social que deslegitimam os modos indígenas de garantir o bem-estar e o direito à convivência.

No âmbito comunitário, isso pode surgir quando a igreja faz distinções entre os que são considerados “crentes” e os que praticam as tradições. O desafio não reside apenas na presença da igreja, mas na formação de posições morais que deslegitimam as formas indígenas de vivência espiritual e de pertencimento. Elas também se conectam ao racismo estrutural da sociedade brasileira, que historicamente tem valorizado menos as culturas, línguas e práticas indígenas (Silva; Lima; Silva, 2024).

Quando as conexões com a própria espiritualidade se tornam mais frágeis, há um aumento nas experiências de solidão e desamparo. Pesquisas recentes na área da saúde mental indígena destacam exatamente a importância de entender o cuidado psicossocial a partir das relações dentro da comunidade, do território e das visões

indígenas sobre uma vida boa e o bem-estar (Moura Junior et al., 2025; Zanini et al., 2025).

Não que toda conversão gera ruptura ou enfermidade, há casos em que as próprias comunidades controlam os processos religiosos, criando lideranças indígenas, traduzindo a Bíblia para suas línguas e definindo, em conjunto, os limites da ação missionária. Em alguns casos, a igreja pode ser integrada como mais um espaço de comunidade, sem que isso substitua as referências tradicionais de pertencimento (Sales; Roberti Junior, 2023; Conselho Federal de Psicologia, 2024).

O cerne do problema está nas formas concretas pelas quais a presença da religião se organiza. É viável, quando se fortalece a teia comunitária e se respeita os modos de existir dos indígenas e integrar a experiência religiosa de maneira bastante independente. No entanto, quando provoca vergonha cultural, divisões internas e deslegitima a prática dos costumes, tende a intensificar processos de enfraquecimento coletivo. Portanto, os debates decoloniais em Psicologia ressaltam que é imprescindível respeitar a autodeterminação dos povos indígenas e suas singularidades em termos de organização social, cuidado e produção de significados (Silva; Macedo, 2021; Sales; Roberti Junior, 2023).

Organização Social e Poder: A Psicologia Política das Missões

A missão entre os indígenas jamais se reduz apenas ao espiritual. Essa presença, que pode ser vista como um suporte em momentos de fragilidade, também estabelece relações de dependência e muda as relações de poder no lugar onde ocorre (Faria; Martins, 2020; Faria, 2025; Sales; Roberti Junior, 2023)

A investigação realizada por Silva (2016) a respeito da Missão Novas Tribos do Brasil auxilia na compreensão desse processo. A missão começou a impactar a mediação de conflitos, a disseminação de informações e, em certas situações, até mesmo o acesso a recursos e serviços.

Merlino (2020) destaca o poder financeiro dessas organizações, citando que o orçamento de algumas missões fundamentalistas na Amazônia chegou a ser maior do que o da própria Funai. Os dados mostram que as interações entre as comunidades indígenas e as missões religiosas não ocorrem em uma situação de igualdade de poder.

Um dos efeitos mais complexos dessa dinâmica é a espiritualização de problemas sociais e políticos. Questões como a ocupação de terras, a agressão aos líderes, o racismo institucional ou a falta de ação do Estado, em determinadas situações, são vistas apenas sob uma perspectiva moral ou espiritual. Certos sofrimentos resultantes de violências históricas podem ser interpretados como “provação”, “pecado”, “falta de fé” ou necessidade de obediência religiosa (Sales; Roberti Junior, 2023).

Esse ponto de vista, conforme apontam Sales e Roberti Junior (2023), comprometem-se a construção conjunta da compreensão das violências estruturais que permeiam a vida indígena. Quando as disputas políticas são simplificadas para serem vistas apenas como questões espirituais pessoais, isso também empobrece a luta coletiva para enfrentá-las.

Segundo Faria e Martins (2020), os efeitos da colonialidade estendem-se ainda à memória coletiva, à autonomia política e aos

modos de produção de pertencimento nas comunidades. Há também algumas práticas missionárias que podem, de fato, levar à despolitização do sofrimento ao substituir as formas locais de organização por modelos externos de autoridade religiosa (Faria; Martins, 2020; Faria, 2025).

Essas limitações podem, inclusive, impactar a governança interna das comunidades, uma vez que em certos momentos, o que foi decidido por líderes, por assembleias ou por lideranças locais passa a ser regido por autoridades pastorais ou por referências doutrinárias que não fazem parte daquela comunidade. Silva e Macedo (2021), dizem que é importante considerar como os povos indígenas se organizam e cuidam de si mesmos para que a Psicologia consiga se descolonizar de fato, pois, quando os padrões externos começam a ditar regras de convivência e poder, a autodeterminação de uma comunidade pode se tornar mais fraca.

Uma leitura decolonial não deve perder essa ambiguidade, ou seja, não pode cair no simplismo, e é justamente por isso que deve mantê-la. A missão pode até servir como um mecanismo de controle simbólico ao deslegitimar as cosmologias locais, importar uma autoridade externa e incutir um sentimento de vergonha cultural, mas as interseções históricas entre evangelização e colonialidade estariam ausentes em uma parte particular da experiência latino-americana (Mendes, 2025; Kokokaroti Txukahamãe Metuktire, 2024).

É preciso levar em conta tanto os efeitos da violência simbólica quanto a agência das comunidades em seus processos de resistência, mas sempre de maneira crítica e psicossocial (Faria, 2025; Guimarães, 2024; Conselho Federal de Psicologia, 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio buscou refletir sobre os impactos psicossociais da atuação de missões protestantes em comunidades indígenas amazônicas, especialmente no que diz respeito à subjetividade, aos vínculos comunitários, às referências culturais e à saúde mental coletiva.

Durante a discussão, foi possível perceber que a presença missionária se entrelaça principalmente com processos históricos mais amplos, como, colonialidade, relações de poder, disputas simbólicas e mudanças nos modos de vida dos povos indígenas. Entretanto, o núcleo do problema, portanto, não reside na espiritualidade em si, mas nos mecanismos de imposição simbólica e hierarquização cultural que acompanham certos projetos missionários. E é nesse cenário que exige do profissional de psicologia reconhecer que o sofrimento indígena decorre de violências coletivas estruturais, como o racismo, a expropriação territorial e o apagamento cultural, e não somente de conflitos puramente individuais.

Como limitação metodológica, portanto, por se tratar de ensaio elaborado a partir de documentos e literatura, esse estudo revela a falta de dados empíricos e da escuta direta em campo. Recomenda-se realizar futuras investigações de natureza empírica com lideranças, pajés, anciãos, mulheres e jovens para esclarecer as particularidades de cada comunidade.

Por tanto, conclui-se que a diversidade é um compromisso ético e político para uma psicologia orientada pela perspectiva decolonial, que denuncia os processos de silenciamento e que reconhece os

povos originários como titulares de saberes, memórias e do direito legítimo à autodeterminação

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios cristãos no cotidiano das colônias do norte: séculos XVII e XVIII. **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 69-99, jan./jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i168p69-99>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/59144>. Acesso em: 30 abr. 2026.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas**. 2. ed. Brasília, DF: CFP, 2024. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-junto-aos-povos-indigenas-2/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2023**. 21. ed. Brasília, DF: CIMI, 2024. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2024/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2023-cimi.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2026.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2024**. 22. ed. Brasília, DF: CIMI, 2025. Disponível em: <https://cimi.org.br/observatorio-da-violencia/relatorio-2024/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

CORREIA, Silvia Barbosa; VIANA, Luciana Maria Maia. Identidade indígena: olhares a partir da Psicologia Social. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 35, e5956, p. 1-10, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/2023/v35/5956>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5956>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FARIA, Lucas Luis de. **Psicologia(s) em movimento de (trans)formação com povos indígenas: histórico de aproximações e experiências educativas**. 2025. 414 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/Od57ba82-0fd1-4ea2-8707-b9cdad454fb0>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FARIA, Lucas Luis de; MARTINS, Catia Paranhos. Fronteiras coloniais, Psicologia da Libertação e a desobediência indígena. **Psicologia para América Latina**, México, n. 33, p. 33-42, jul. 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1870-350X2020000100005&script=sci_arttext. Acesso em: 30 abr. 2026.

FARIA, Lucas Luis de; MARTINS, Catia Paranhos. “Terra é vida, despejo é morte”: saúde e luta Kaiowá e Guarani. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 43, e245337, p. 1-17, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003245337>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Q6SNtKGVK9ZYFqc36b5NGbP/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FARIA, Lucas Luis de; MARTINS, Catia Paranhos. Violência colonial e efeitos psicossociais: diálogo entre experiências Kaiowá e Guarani e escritos de Martín-Baró. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de

Janeiro, v. 24, e66509, p. 1-21, 2024. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2024.66509>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/66509>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FERREIRA, Ana Cristina; GUTJAHR, Ana Lucia Nunes. Sofrimento socioterritorial indígena: conflitos socioterritoriais e saúde mental indígena no Brasil. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 15, n. 3, e3115350741, p. 1-9, 2026. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v15i3.50741>. Disponível em: <https://www.rsdjournal.org/rsd/article/view/50741>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FERRAZ, Isabella Tormena; DOMINGUES, Eliane. A Psicologia brasileira e os povos indígenas: atualização do estado da arte. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 36, n. 3, p. 682-695, jul./set. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001622014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/M4Q9YwLXwkm9pXk5ndNRvM/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

FIGUEIREDO, Suelânia Cristina Gonzaga de; SOUZA, Julio Cesar Pinto de; CAVALCANTE, Diego Rafael Cunha (org.). **A saúde mental do amazônida em discussão**. 1. ed. Belo Horizonte: Poisson, 2020. 124 p. Disponível em: <https://www.poisson.com.br>. Acesso em: 4 maio 2026.

FONSECA, Fabiane Rodrigues; ALVES, Ivonete Aparecida; COSTA, José Augusto Silva; ARAÚJO, Jeanyce Gabriela; SARAIVA, Carolina. Psicologia e cuidado ancestral: tecendo diálogos entre as experiências do Conselho Federal de Psicologia com povos de

terreiro e quilombolas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 45, n. esp. 2, e298481, p. 1-11, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003298481>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932025001100308&script=sci_arttext. Acesso em: 30 abr. 2026.

GRUNEWALD, Leif; MORAES, Abimar Oliveira de; ECCO, Clóvis (org.). **Estudos da religião na Amazônia**. Belém: EDUEPA, 2024. Disponível em: <https://eduepa.uepa.br/wp-content/uploads/2025/02/Estudos-da-Religiao-na-Amazonia.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.

GONÇALO, Luís Felipe Cristaldo. Saúde mental, educação indígena e decolonialidade. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop, v. 16, n. 1, p. 446-454, 2025. DOI: <https://doi.org/10.30681/reps.v16i1.13437>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/reps/article/view/13437>. Acesso em: 30 abr. 2026.

GUEDES, Deyse Cristina Valença; LEITE, Jáder Ferreira. O bem viver entre os Mendonça do Amarelão, na esteira de uma descolonização dos cuidados. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 28, n. 2, p. 263-274, maio/ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.69909/1678-4669.20230024>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-294X2023000200263&script=sci_arttext. Acesso em: 30 abr. 2026.

GUIMARÃES, Danilo Silva. Perspectivas em Psicologia Indígena no Brasil: desafios éticos e epistemológicos. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 41, e2412169, p. 1-6, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e2412169pt>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/SntzQYbsCQ7LNTgXtCdbZNk/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

JOÃO, Celson Vicente. **A presença das igrejas evangélicas na comunidade indígena Filadélfia: Yumüepataügü ya lãne ya Firadeufiawa Ngemagüne**. 2023. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Instituto de Natureza e Cultura, Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2023. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/6911/2/TCC_CelsonJo%C3%A3o.pdf. Acesso em: 30 abr. 2026.

KOKOKAROTI TXUKAHAMÃE METUKTIRE. Conversão evangélica entre os Kayapó gera preocupação com abandono da cultura tradicional. **Agência Pública**, São Paulo, 18 out. 2024. Disponível em: <https://apublica.org/2024/10/kayapo-conversao-evangelica-gera-temor-por-abandono-de-tradicoes/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/queda-do-ceu-palavras-de-um-xama-yanomami>. Acesso em: 17 maio 2026.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535933697/a-vida-nao-e-util>. Acesso em: 17 maio 2026.

MACEDO, Natália. **Movimentos evangélicos em territórios indígenas: efeitos resultantes das negociações entre ameríndios e missionários**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES

EM CULTURA, 2025, Salvador. **Anais eletrônicos [...]**. Salvador: UFBA, 2025. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-751/161831.pdf>. Acesso em: 17 maio 2026.

MEIRA, Janderson Costa; FERNANDES, Ayla Krig Si Wollinger. Saúde indígena no Brasil no século XXI e a Psicologia indígena. **Revista AMAzônica**, Manaus, v. 18, n. 1, p. 1569-1586, jan./jun. 2025. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9947125.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2026.

MENDES, Elizânia Sousa do Nascimento. **Protestantismos e a experiência transnacional da Unevangelized Fields Mission: as práticas de leitura em foco (1931-1965)**. 2023. 389 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-24012024-150451/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

MENDES, Vinícius. O avanço de igrejas evangélicas em aldeias indígenas: “não tem gay, família é sagrada, seguem os mandamentos sem conhecer a Bíblia”. **BBC News Brasil**, 21 maio 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9vgynmmwnro>. Acesso em: 30 abr. 2026.

MENEGHETTI, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 2, p. 320-332, mar./abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-6552011000200010>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rac/a/4mNCY5D6rmRDPWXtrQQMyGN/>.

Acesso em: 30 abr. 2026.

MERLINO, Tatiana. Missões evangélicas avançam na Amazônia e põem em risco povos indígenas e tradições ancestrais. **Bocado: investigações sobre o que comemos**, 24 nov. 2020. Disponível em: <https://bocado.lat/pt/missoes-evangelicas-avancam-na-amazonia-e-poem-em-risco-povos-indigenas-e-tradicoes-ancestrais/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

MOURA JUNIOR, James Ferreira; PELLICER, Larissa Niemann; GIRÃO, Thayane Bandeira; JAGUARIBARAS, Merremmi Karão; NASCIMENTO, Antonia Vanderli Alves do; PITAGUARY, Rosa; KANINDÉ, Juliana Alves Jenipapo; DIMENSTEIN, Magda. Indicadores de saúde mental e cobertura da Rede de Atenção Psicossocial para populações indígenas no Ceará, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, supl. 1, e14552023, p. 1-12, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.14552023>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gXWndtNvDzpWM6KJBpRcfwC/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

RODRIGUES, Donizete. Pastor versus pajé: o sopro do espírito em contextos indígenas. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 21, n. 64, e216415, p. 1-24, jan./abr. 2023. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2023v21n64e216415>. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/horizonte/article/view/25658>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SALES, Ivy Elida Guimarães; ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Psicologia e povos indígenas em Roraima: reflexões decoloniais. **Textos e Debates**, Boa Vista, v. 29, n. 2, e7811, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v29i02.7811>. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/7811>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SANTOS, Amanda Barbosa Veiga dos; MIRANDA, Áquila Bruno; VIEIRA, Camilla Gabrielle Gomes; OLIVEIRA, Julia Costa de; FARIA, Lucas Luis de; ALTRÃO, Suéllen Soares; MAYORGA, Claudia. Práticas formativas em Psicologia Social: contribuições de diálogos inter-epistêmicos com povos indígenas e quilombolas. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 36, e278087, p. 1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36278087>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dhFKVykjktfnfqkBxnjXv7Cp/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SILVA, Brisana Índio do Brasil de Macêdo; MACEDO, João Paulo. Povos indígenas no Brasil e a descolonização da Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 41, e219658, p. 1-16, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003219658>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rNN6BCTLDryPsFpcpqhY4fh/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SILVA, Gilson Divino Araújo da; MARQUES, Décio Keher. **Intervenção religiosa cristã nos territórios dos povos indígenas na Amazônia a partir da década de 1990: uma análise da violação dos direitos humanos**. In: **Segurança pública, cidadania e direitos humanos**. v. 12. Ponta Grossa: AYA Editora, 2025. DOI: 10.47573/aya.5379.3.21.20. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/livro/41969/>. Acesso em: 17 maio 2026.

SILVA, Jhéssika Angell Alves e. **“Evangalizando todas as tribos até a última ser alcançada”**: reflexões sobre a Missão Novas Tribos do Brasil e a Antropologia aplicada às ações missionárias. 2016. 122 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13286>. Acesso em: 30 abr. 2026.

SILVA, Kathllen Kendra Rocha; LIMA, Marcus Eugênio Oliveira; SILVA, Patrícia da. Racismo e povos indígenas no Brasil: uma revisão de escopo. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 26, n. 1, ePTPSP15944, p. 1-25, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/ePTPSP15944.pt>. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-36872024000100502&script=sci_arttext. Acesso em: 30 abr. 2026.

TILLICH, Paul. **Teologia da cultura**. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: Fonte Editorial, 2009.

ZANINI, Daniela Sacramento; FERNANDES, Iorhana Almeida; NAZARENO, Elias; MENDONÇA, Tamiris Maia Gonçalves Pereira. Colonialidades do bem-estar: perspectivas indígenas Karajá e Javaé e não indígenas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 45, n. esp. 2, e299202, p. 1-17, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003299202>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TwRmxGStYFfSWzdLXrdKzjJ/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

¹ Discente do Curso Superior de Psicologia do Centro Universitário FAMETRO (Sede). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-](#)

mail.

² Docente do Curso Superior de Psicologia do Centro Universitário FAMETRO. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).